



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ACTA DA SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010**

ACTA Nº 06/2010

Aos quinze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas, teve início a Sessão Solene da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Albertina Maria da Costa Oliveira, em substituição da membro Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; André Carvalho Almeida e Pedro Miguel da Silva Monteiro.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva

Teixeira; Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Pelos membros Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira e André Carvalho Almeida foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à Sessão Solene de 15 de Outubro de 2010.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos na Sessão Solene evocativa da Proclamação da República na Lagoa, referindo que com a queda da Monarquia e a Implantação da República, o nosso País, os Açores, naturalmente a Lagoa, sofreram transformações ao longo destes 100 anos, quer a nível social, económico e cultural de grande importância para a população, pelo que é mais do que justo que esta Assembleia Municipal comemore esta efeméride.

Referiu que a cerimónia teria as intervenções do representante do CDS/PP, membro Roberto Manuel Sousa Oliveira; do representante do Partido Social-Democrata, membro Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; da representante do Partido Socialista, membro Albertina Maria da Costa Oliveira; do Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, João António Ferreira Ponte; do Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel Moniz de Sousa e do Secretário Regional da Presidência do Governo, André Bradford, em representação de sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores Carlos César.

INTERVENÇÃO DO MEMBRO ROBERTO MANUEL SOUSA OLIVEIRA, REPRESENTANTE DO CDS-PP:

O membro Roberto Manuel Sousa Oliveira, representante do CDS-PP, no uso da palavra, proferiu o discurso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em primeiro lugar, gostava de enaltecer a iniciativa, que teve o Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Lagoa, de comemorar o centenário da Instauração da República no nosso Município, e ainda, agradecer o amável convite que V. Exa. fez ao eleito CDS-PP nesta Assembleia, para poder dizer algumas palavras sobre a República Portuguesa.

Não vos vou falar da história da implantação da República, pois todos nós a conhecemos. As suas primeiras dificuldades, a sua importância para a sociedade portuguesa e até a criação do regime autonómico, e as implicações que tiveram na história da sociedade Portuguesa.

Antes, vou aproveitar este tempo para fazer uma reflexão sobre a República Portuguesa da actualidade e a que poderemos ter, ou não, no futuro, de uma forma muito sumária.

Sendo assim, a minha reflexão assentará em torno de três grandes ideias:

Devemos comemorar a República?

Merecemos esta República?

E quais os perigos da República Portuguesa da actualidade?

A primeira questão que coloco tem a ver com as razões que teremos (ou não) para comemorar a implantação da República. Vejamos: quando D. Carlos reinava o "País", então Monarquia, o desânimo do Povo era grande, as desigualdades eram imensas no Reino, as dificuldades principalmente vividas pelo Povo, classes sociais mais desfavorecidas, eram quase insustentáveis a nível económico e social... Mais ainda, dizia-se que o Reino gastava exageradamente em despesas supérfluas.

E agora?

Hoje, o Povo Português está contente com o desemprego, com as mesmas desigualdades sociais, com um maior fosso entre os mais ricos e mais pobres, com a saúde, a educação e a segurança que temos, com os honorários gigantescos auferidos por administradores de empresas públicas, com o recente anúncio do corte dos salários na função pública?

Com os gastos exagerados em algumas obras discutíveis para o crescimento e desenvolvimento do País, quiçá "supérfluas"?

O tempo mudou, a sociedade evoluiu, a Monarquia caiu, a República nasceu e "renasceu" após a Revolução de Abril de 1974, mas a sua manutenção nos moldes actuais está em perigo.

Exmos. Senhores;

Um segundo ponto, que gostaria de abordar é se merecemos a República que temos. Um dos grandes ideais da República, que relembro aqui, era também ser o Povo a escolher o seu governante e este não ser escolhido por linhagem real.

Mas o que se passa em Portugal?

O povo escolhe cada vez menos, a abstenção tem vindo a aumentar principalmente com a distância ao poder. Veja-se que nas eleições de 2009, para o Parlamento Europeu, a abstenção dos portugueses atingiu um valor recorde e assustador – 63,22%.

Mas a tendência da abstenção mantém-se para as eleições da Assembleia da República (40,32%) e mesmo para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tendo sido nas últimas eleições (2008), mais de metade da população com direito a voto (53,4%).

No caso da escolha do Presidente da República, a abstenção rondou os 38,47% nas eleições de 2006, mas chegou a atingir 50,29% nas eleições presidenciais em 2001, quase o dobro da abstenção verificada em 1976 (24,53%) logo após a queda do regime ditatorial em vigor em Portugal.

Este alheamento do Povo Português, este cepticismo na Democracia e na República, esta desconfiança, este desinteresse, põe em perigo, uma das maiores liberdades da nossa República conquistada após o 25 de Abril de 1974 – o direito ao voto de todos os portugueses.

O que custou aos portugueses a conseguir este direito e como estamos a contribuir para o perdermos. Só se votarmos, escolhermos os nossos representantes, aprovando ou reprovando as políticas que aplicam, estamos a contribuir para a manutenção de uma República democrática, temos o direito, a obrigação e o dever moral de apontar o que está mal, de escolher e de mudar.

Exmos. Senhores;

Um último ponto que gostaria de referir é a existência dos perigos da República, os ditos regimes autoritários, que infelizmente já vivemos e esquecemos.

Penso, que cada dia que passa, o Povo Português ao mostrar desinteresse pelas eleições no País, pela sua não responsabilização, pela sua acomodação e também alguns dos seus exageros, acaba por não se responsabilizar pelas suas acções e pela perda das suas liberdades de expressão e acção.

Quase todos na Europa, passámos por estes regimes, de direita ou de esquerda, em que existe um “rei” que não é “rei”, mas que é um “ditador”, e mesmo numa República democrática como a que temos em Portugal, existe este perigo de uma ditadura escondida ou envergonhada, quando temos um governo em maioria, ou quase maioria, e que se mostra arrogante, prepotente e autoritário.

Mas também há os perigos dos políticos cristalizarem, promoverem o compadrio, as oportunidades de emprego ou mesmo de formação, para quem está do lado do poder.

São estes os perigos que existem quando as mesmas pessoas se perpetuam nos cargos – uma forma de monarquia dissimulada ou de um regime ditador mascarado. Por fim, gostaria de dizer que estas comemorações são importantes para a manutenção da República Portuguesa democrática, mas precisamos ser mais pró-activos e sermos capazes de mostrar ao Povo Português que ainda podem acreditar nos governantes, sendo certo que estes também tem de se revelar honestos e íntegros.

Em síntese, entendemos agora que é urgente haver uma moralização da República Portuguesa.”

INTERVENÇÃO DO MEMBRO VASCO MANUEL VERDASCA DA SILVA GARCIA, REPRESENTANTE DO PSD:

O membro Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia, representante do PSD, no uso da palavra, proferiu o discurso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Um século de República

Com excepção dos primeiros 10 anos, o século XX português foi vivido em regime republicano. Nesses 90 anos, Portugal viveu a I República de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926, a II República desde essa data a 25 de Abril de 1974, e a III República desde esse ano à actualidade. Há para aí uns teóricos da política que dizem só terem existido 2 repúblicas, a I e a II, porque consideram o período que se seguiu ao 28 de Maio, o chamado Estado Novo, algo que não foi uma República, por se tratar de uma ditadura. Esquecem esses teóricos que também houve ditaduras durante a Monarquia, não deixando esta de o ser por esse motivo. Esquecem ainda que a Constituição de 1933, era republicana na forma e na substância, não constando que houvesse um só documento oficial desses 40 anos que não tivesse no cabeçalho as palavras “República Portuguesa”. Finalmente, quem assim pensa, esquece – ou faz por esquecer – um princípio básico: a História pode reescrever-se, mas não se consegue apagar de todo. Vivemos, por isso na III República Portuguesa. E nada, nem ninguém, consegue ou conseguirá obliterar esta realidade.

A III República materializou-se com uma revolução militar, no 25 de Abril de 74, com a “revolta dos capitães”, do mesmo modo que a II República resultou de uma revolução igualmente militar, “a revolta dos generais”. Recuando a 5 de Outubro de 1910, vemos que a I República tem também militares na sua génese, embora nesta a participação civil tenha sido muito mais importante, o que a diferencia claramente das outras duas. Pelo meio, nestes 100 anos, ficaram duas guerras em que Portugal se envolveu com o mesmo motivo: a defesa das colónias. Em 1914, cometemos o grave erro de entrar no conflito para não perdermos o apoio inglês às nossas pretensões ultramarinas (I República); em 1961 (II República), fomos para Angola “rapidamente e em força”, iniciando uma longa guerra colonial de 13 anos. Felizmente, com a adesão à CEE em 1986, espera-se ter-se entrado num período de “pax europaea” de longa duração. E, se vier uma IV República, que seja por via pacífica e política, nunca “manu militari”...

Convém dizer que, nestas 3 Repúblicas, os únicos anos em que houve Orçamentos de Estado e contas externas equilibradas em Portugal, foram os da II República, mesmo quando existia o esforço da guerra colonial; embora nestes anos, o povo vivesse mal, a emigração fosse uma constante e a vivência democrática, um mito. Vigorava a máxima de que “um povo rico, faz um Estado pobre”, embora no Estado rico do doutor Salazar, com as suas 800 toneladas de reservas de ouro, houvesse uma pequena parte desse “povo” (as grandes famílias do regime) que era mesmo muito rica. Convém também dizer que, nesta III República dos nossos dias, o número restrito de milionários não cessa de aumentar, o mesmo acontecendo, em proporção obscena, com o número de famílias no limite da pobreza. Não foi para isto que se fez o 5 de Outubro de 1910, nem o 25 de Abril de 1974.

Os erros da República, por graves que por vezes sejam, são muito mais responsabilidade dos governantes do que do regime republicano. A prová-lo está uma evidência: se a União Europeia decidir ser uma Federação de Estados (o que será inevitável, se quiser afirmar-se no mundo globalizado), tal só será possível num modelo republicano, com um Presidente, um Parlamento e um Governo Europeu eleitos pelos cidadãos. E que, democraticamente, respeitem as monarquias constitucionais europeias, as quais existem em 1 em cada 4 Estados Membros, sendo curiosamente todas dos países mais avançados da União. Não existem modelos ideais de regime político, porque todos são feitos pelo Homem, mas deles se destaca o Republicano, por ser feito para o Homem.

Celebremos assim os 100 anos da República, na esperança que, mesmo com altos e baixos, possa sempre ser um farol desse bem precioso que é a Liberdade.”

No final da sua intervenção o membro Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia, em seu nome pessoal e em nome de todos os membros do Partido Social Democrata ofereceu à Assembleia Municipal um prato de cerâmica da “Vista Alegre” com a inscrição “Heróis do Mar, Nobre Povo, Nação Valente Imortal” alusivo ao Centenário da República Portuguesa, numa colecção com ilustrações de Pedro Sousa Pereira, criada com o propósito de assinalar aquela data.

INTERVENÇÃO DA MEMBRO ALBERTINA MARIA DA COSTA OLIVEIRA, REPRESENTANTE DO PS:

A membro Albertina Maria da Costa Oliveira, representante do PS, no uso da palavra, proferiu o discurso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Estamos hoje, num acto solene, a comemorar um acontecimento marcante na nossa história – O centenário da implantação da República – 1910 – 2010.

A ideia da República em Portugal é notória desde a década de 1870 em consequência da crise nacional que se fazia sentir por todo o país.

Os ideais republicanos foram feitos por todo o lado pela imprensa periódica. Na Lagoa, também se fizeram sentir através da imprensa local Lagoense, nomeadamente a Gazeta da Lagoa, e também através dos comícios que foram realizados, sendo exemplo, o comício republicano em 1909.

A República constituída em nome de uma ideia nova, corajosa, generosa e prospectiva para Portugal, foi feita com audácia, acção, risco e perseverança.

Hoje, neste dia, esta ideia nova e a sua vibração destemida que aqui queremos trazer de novo, tornando-a viva e força inspiradora para todos nós, Portugueses.

A implantação da República constituiu uma alteração essencial na nossa história e qualquer que seja a análise que se faça a esse tempo histórico, das suas particularidades e diversidades das coisas que aconteceram, representa modernidade, evolução, desenvolvimento e melhoria.

A República notificou-se e os seus marcos duram até hoje: Toponímia – Praça da República:

GNR – Guarda Nacional Republicana, criada por decreto de 3 de Maio de 1911 e que vem substituir as três forças policiais então existentes em Portugal.

Esta celebração, e outras promovidas pelas mais diversas entidades por todo o país, não devem esgotar nos seus programas comemorativos, mas torná-las numa ocasião única para mobilizar todos os cidadãos para os grandes desafios de hoje, atribuindo-lhes um sentido mais forte de participação e de pertença, de forma a contribuir para um maior esforço cívico, uma cidadania mais activa, uma coesão nacional e a responsabilidade de cada um perante o destino de todos.

A República que celebramos não é apenas uma forma de constituição do Estado, é também dos valores humanistas – liberdade, igualdade e fraternidade – com que os republicanos portugueses se inspiraram. Valores essenciais que representam na vida dos povos uma revolução profunda, constituindo o melhor da sua herança.

Os princípios fundamentais da República: a dignidade humana, os valores da cidadania, a soberania legítima que reside no povo, delegando-a nos seus representantes, o pluralismo político, a manifestação do pensamento, a liberdade de religião, a igualdade entre homens e mulheres, constituem um código de valores ético-morais e de princípios políticos que exigem de nós uma atenção aos novos desafios, porque uma herança, como todos sabem, só se pode manter se a tornarmos activa e mobilizadora para os dias de hoje.

Assim, Liberdade e Cidadania, constituem princípios eleitos do pensamento republicano e educação na base da cidadania, da realização individual, e do progresso económico.

Como consequência destas concepções dá-se o enorme empenho dos republicanos no combate ao analfabetismo, tendo o governo provisório republicano criado, num só ano, cerca de mil escolas primárias. A formação dos professores foi outra dos elementos desta reforma do ensino, desenvolveu-se, também, a consciência da necessidade de simplificar e regular a ortografia, pelo que se promove a reforma em 1911, com profundas alterações a este nível.

Ao longo do período que vigorou a I República, muitas outras medidas foram tomadas que alteraram demasiado o sistema do ensino, desde o nível primário até ao ensino superior. O ensino dos adultos ganhou uma nova dimensão, com o crescimento das escolas móveis, num esforço conjunto para que a alfabetização conseguisse chegar aos lugares mais ignorados do país.

Hoje, no centenário da República, podemos afirmar que a Lagoa é um concelho no qual os Lagoenses devem se orgulhar por possuírem um dos melhores parques escolares dos Açores, e esta é sem dúvida, a melhor homenagem que se pode

prestar à República: a escola como atributo da cidadania que honra o passado e nos projecta para o futuro. A Lagoa dignifica este fundamento, promovendo o conhecimento e a capacidade de aprender, quer através da criação e melhoria das infra-estruturas básicas, quer através de projectos que têm sido desenvolvidos, junto das escolas e outras instituições, para além de facilitar, a alguns, o acesso ao ensino superior, através da atribuição de bolsas de estudo. Esta é uma aposta num dos pilares essenciais da sustentabilidade e do progresso.

Exmos. Senhores:

Talvez, hoje, alguns perguntem e até não sabem, porque estamos a comemorar a República no início do séc. XXI, um acontecimento que ocorreu no início do séc. XX? Porque quando olhamos e tentamos compreender o passado, aprendemos com ele e ajuda-nos a perceber o presente. Foi na I república que houve, nos vários domínios: político, económico, social e cultural, modificações decisivas e cheias de consequências. Nada justifica, nem política nem moralmente, uma ditadura de quase cinquenta anos, que foi instaurada não contra os erros da República, como pretendeu, mas verdadeiramente contra os valores da República.

Foi na viragem reformadora e revolucionária da República que a democracia se implantou em Portugal, aos 25 de Abril de 1974. Procurando essencialmente e desde a sua fundação, não repetir os mais graves erros da I República. Não nos podemos esquecer que é necessário por parte dos cidadãos constituir uma atitude cívica empenhada e activa na defesa de uma República onde todos se revejam. **É isso que exigem as dificuldades e a aposta do presente.**

A Revolução de 25 de Abril, é também marcada no Concelho de Lagoa, com o nome da rua: Rua 25 de Abril.

Nos Açores, a data da República é absolutamente irrelevante: os anos de 1895, 1931, 1975 talvez sejam mais revolucionários que o de 1910, com o Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores. O Processo de Implantação da União Nacional dos Açores, o processo de Unificação Monetária em Portugal (Continente e Ilhas) concretizada em 1931 nos Açores. A revolução de 25 de Abril que iniciou nos Açores um período de grande agitação política, assistiu-se à demissão dos órgãos do governo existentes (governos Cívicos) e ao encerramento das sedes da polícia política (a DGS) e da Legião Portuguesa.

Na Região Autónoma dos Açores, foram os republicanos quem protagonizaram importantes aspirações autonómicas expressas por diversas gerações políticas. É,

por outro lado, conhecido o relevante contributo açoriano para a formação da elite política republicana.

Evoquemos os nomes ilustres dos açorianos Teófilo Braga e de Manuel de Arriaga, que ocuparam os lugares elevados de Presidente da República e também de Chefe do Governo Provisório no caso de Teófilo Braga.

Por conseguinte, comemoramos o centenário da república, num tempo difícil e incerto, cheio de riscos e de desafios, mas é nestes momentos que precisamos de estimar mais as virtudes cívicas e de reafirmar e praticar melhor os valores republicanos, não é contestando ou negando os valores que os problemas se resolvem, pelo contrário agravam-se e multiplicam-se.

Esta data comemorativa do centenário da república, não deve ser apenas uma celebração, uma festa, deve ser, sobretudo, um compromisso livre, responsável e patriótico de sermos fiéis aos ideais que estão na sua origem e aos seus valores, como se cada dia fosse para nós Lagoenses o dia 16 de Outubro de 1910 em que nos Paços do Concelho, em Santa Cruz, a proclamação do novo regime fez-se com o hastear da bandeira ao som de um novo hino: " A Portuguesa", interpretado pelas duas filarmónicas existentes no concelho: a Sociedade Filarmónica Estrela D´ Alva, de Santa Cruz e Fraternidade Rural de Água de Pau. Fez-se honras à República e como se pode ler no Auto de Proclamação ouviu-se, no Edifício dos Paços um **"Viva à República"**.

Na voz com que foi proclamada, **havia coragem, esperança e paixão.**

A todos vós, aqui presentes, encarem o presente com a mesma determinação e confiança, para sermos capazes de vencer no futuro.

Viva à Vila da Lagoa!

Viva à República Portuguesa."

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA, JOÃO ANTÓNIO FERREIRA PONTE:

O Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, João António Ferreira Ponte, no uso da palavra, proferiu o discurso, cujo teor abaixo se transcreve:

"É verdade que, não fomos nós que estivemos na linha da frente na instauração da república... mas, agora somos nós que temos o dever de honrar esse estado, de respeitar os feitos da república, instaurada há 100 anos.

Há distância de um século, conseguimos avaliar os feitos da República, que fez nascer com ele três grandes conceitos que são também palavras de esperança, desde então, tantas vezes proclamadas: Justiça, Igualdade e Democracia, sendo certo que esta última só teve uma verdadeira expressão depois da revolução de 1974.

Temos de ser justos e reconhecer que da primeira república, passando pelo período de ditadura, até esta nova república, apoiamo-nos na esperança e nas realizações do nosso povo como alavancas da nossa sociedade. As fragilidades do Portugal de outrora, não são as fragilidades do Portugal de agora, e os desafios do passado não são os actuais, mas temos que aprender com a história e por isso entendo que comemorar a República demonstra que o passado continua em nós, como memória e como esperança.

À nossa escala de pequeno município deste país, nesta assembleia municipal, estamos também a assinalar esta data e a reconhecer os valores republicanos como o patriotismo, a ética e a cidadania. Apelamos neste dia, à unidade entre o passado e o futuro, porque enquanto dirigentes políticos e com responsabilidades públicas, cabe-nos fazer a ponte e garantir a convergência entre aqueles valores e a exigência de adaptação a novos tempos.

Em tempos de abundância parece fácil cumprir esta missão...mas, nos tempos difíceis como aqueles que agora se vivem, a responsabilidade é acrescida, não porque nos falte respeito e consciência sobre as decisões que tomamos, mas por causa da dúvida e incerteza face ao futuro, num mundo globalizado. Talvez seja altura de aplicarmos à vida política um conceito económico, pois como diz Francisco Muro, conceituado estudioso argentino, "a pior decisão é sempre a indecisão".

Nesta Assembleia palco de debate, exemplo de vida democrática, partilhamos decisões sobre o Concelho de Lagoa, e não serão estes tempos a trazer-nos indecisão. O Concelho de Lagoa precisa que todos estejamos certos no rumo que lhe pretendemos dar e não nos verguemos à dúvida e hesitação, independentemente das ideologias que possamos ou não defender. A missão de todos nós nesta Assembleia e em dia que assinala a aclamação da República na Lagoa, é a de criar as condições para que o nosso projecto para este Concelho triunfe.

Lamento, porém, que nesta data especial do centenário da república, e mais de três décadas volvidas da revolução dos cravos, onde o poder autonómico e o poder local passaram a ser palavras invocadoras do desenvolvimento, possamos hoje constatar

que esse progresso tem sido alcançado debaixo de fortes constrangimentos, porque nem sempre as palavras acompanharam as acções e isto, porque o reforço de competências e responsabilidades dos Municípios não têm sido devidamente acompanhados de recursos, quer sejam eles financeiros, quer operacionais.

É verdade que temos que fazer cada vez mais com menos recursos, mas também é verdade que numa sociedade desenvolvida as pessoas exigem mais dos municípios, pretendem respostas válidas e com prontidão, reclamam cada vez melhores condições ao nível da segurança, da educação, saúde, habitação, protecção social ... enfim do conjunto de matérias do qual depende directamente a qualidade de vida destes cidadãos.

O que se verifica é que os recursos financeiros não chegam para fazer mais e melhor como era nossa vontade. Temos vindo a assistir a uma redução das verbas transferidas para os municípios, não podemos recorrer ao endividamento e estamos impedidos de contratar pessoas, impossibilitando-nos de deter recursos humanos qualificados como, seria suposto, para que um Município estivesse à altura das suas responsabilidades e dos novos compromissos do poder local.

Muito temos feito, nos últimos tempos, às vezes com poucas ajudas e sem contrapartidas. Temos ajudado sem sermos muitas vezes reconhecidos... temos actuado quando muitas vezes não nos competia. Mas não deixaremos nenhuma obra por fazer se disso estiver dependente a qualidade de vida da nossa população.

É bem verdade que a administração democrática beneficiou o nosso município, transformou a sua face e rejuvenesceu o espírito das populações, a sua mentalidade, a economia, a indústria e a cultura, agora é preciso reaprender a actuar para que possamos continuar a melhorar a vida dos lagoenses e a levar a todos os lares os preciosos bens para uma vida com mais qualidade e bem-estar.

Esse deve ser um compromisso de ambas as partes: na Lagoa, como em qualquer outra localidade do país, é preciso que estejamos conscientes dos direitos, mas também dos deveres que nos são adstritos, perante a consciência social do valor dos bens patrimoniais e humanos que a nossa terra possui. Temos de defender o nosso património natural, humano, religioso e civil. Queremos que cada um assuma as suas responsabilidades nessa matéria e valorize a nossa identidade cultural.

Neste país livre e democrático, onde os nossos direitos estão consagrados na Constituição da República Portuguesa não podemos ignorar os deveres, temos de ser exigentes com as gerações presentes, temos que lhes apresentar um projecto que

fale de sustentabilidade como se falasse de vida. Em boa verdade, o nosso futuro pode ficar penhorado se não valorizarmos, hoje, aquilo que temos.

É esta a mensagem que pretendemos passar e devo referir que Câmara Municipal de Lagoa tem dado um bom exemplo e tem encetado um grande esforço para sensibilizar as pessoas e para por em pratica um conjunto de projectos que promovam e preservem essa identidade. Projectos ambiciosos e que servem a nossa vontade de apresentar indicadores que melhor revelem progresso.

E estamos a ser cada vez mais exigentes! Queremos informar mas também formar. Queremos agir mas também sensibilizar.

Se a República abriu novos horizontes para todos. Se possibilitou que não existissem distinções para ricos nem pobres... a República representa o sonho de um Portugal melhor, de um Portugal mais justo, e o nosso papel enquanto autarcas é traduzir essas máximas na concretização das aspirações de quem votou e, até mesmo, aperfeiçoar o modelo da nossa república, com o exemplo de consciência e dinamismo que possamos dar.

Caros autarcas;

No mundo que vivemos, na Europa em que nos englobamos, imperativos estratégicos determinam que Portugal defina a resposta à sua crise nacional no quadro europeu. Mas temos de estar cientes que, a mudança será um facto cada vez mais presente na Europa dos 27, para o qual temos de estar aptos para reagir.

Num mundo de mudanças constantes, “progredir” não é uma opção é uma obrigação, e a nossa atitude perante a mudança pode fazer a diferença entre o sucesso e o insucesso.

De qualquer modo, na União Europeia existem todas as condições para triunfarmos nesse quadro apostando na ciência, na tecnologia e na produtividade. É nessa medida que a Câmara Municipal de Lagoa tem pautado a sua acção e com oportunidade e saber reconheceu a sua importância e estou certo que no futuro seremos a capital da ciência e inovação nos Açores, trazendo projectos de vanguarda nessa área que potenciarão o desenvolvimento, a modernidade, o emprego e o futuro.

De resto, comemoram-se este ano, os 25 anos da adesão de Portugal na União Europeia, um facto de que deve ser um estímulo, porque abriu novos horizontes, potenciou um regime de inclusão, que concede oportunidades únicas para a realização pessoal, familiar e profissional das pessoas. A Europa que nos abraça tem

sido uma aliada, mas como autarca lagoense e presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos devo alertar para que as políticas e decisões tomadas em Bruxelas continuem a ter uma atenção especial face às nossas especificidades enquanto região ultraperiférica.

Antes de terminar gostaria de referir que o nosso Município têm sabido interpretar, com dedicação e sentido patriótico, os grandes objectivos do estado republicano, de tal modo, que em ano de centenário, também fizemos o nosso programa de comemoração na Lagoa, cujo momento alto é esta cerimónia em que nos encontramos, mas no plano das exposições, do teatro e literatura proporcionamos projectos de extrema qualidade e que conjuntamente contribuíram para que pudéssemos todos conhecer melhor a nossa história.

Um trabalho que foi desenvolvido com o empenho dos funcionários da Autarquia e com a colaboração de vários cidadãos lagoenses, de alunos das nossas escolas e de outras personalidades que se quiseram associar. A todos eles quero deixar a minha gratidão e as minhas felicitações.

Estas Comemorações, à semelhança do que sucederam pelo país fora, têm um importante papel a cumprir: ajudam-nos a contextualizar os acontecimentos do passado na vida de um povo. Ajudam-nos a acalantar o estado desejado, o futuro, que será sempre aquele que incluirá a pátria, a obra, as pessoas e a cultura.

Para esta Assembleia, e enquanto político, deixo a mensagem final de que esta data, seja um momento de reflexão profunda daquilo que somos e dos nossos ideais. Aos cidadãos pede-se uma atitude cívica mais empenhada e mais activa, aos agentes políticos, ética e transparência na vida pública.

Que os valores republicanos, em que assenta a democracia portuguesa não sejam esquecidos ou ofuscados pelo momento económico actual.

A Câmara Municipal de Lagoa vai continuar empenhada nos princípios da igualdade e solidariedade e entende que deve prevalecer o espírito de inconformismo e simultaneamente de esperança, para se garantir um trabalho bem feito e com êxito. Espero que estejamos todos à altura desta missão, reconhecendo aquilo que de melhor é para a Lagoa.

Muito Obrigado.”

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA, JOÃO MANUEL MONIZ SOUSA:

O Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, João Manuel Moniz de Sousa, no uso da palavra, proferiu o discurso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em primeiro lugar e, em nome da Assembleia Municipal de Lagoa, gostaria de saudar todos os presentes nesta sessão solene evocativa à Proclamação da República na Lagoa.

Realizada no dia 16 de Outubro de 1910, perante a presença de 79 lagoenses, neste belo edifício dos Paços do Concelho, o aparecimento de um novo regime não surgiu indiferentemente na Lagoa. Aliás, comprovam os nossos mais antigos jornais lagoenses que o nosso Concelho não foi alheio aos movimentos e ideais republicanos. Muito pelo contrário, acompanhou as críticas na altura manifestadas ao regime monárquico e as grandes mudanças que se fizeram sentir nestes 100 anos de República.

É, portanto, e desde logo, uma data histórica para o Concelho e um marco decisivo na história de Portugal.

Com ela surgem Novos ideais! Novos paradigmas! Novas formas de vida! Novos Desafios e Novas Lutas! Novos sonhos e Novas Revoluções! Direitos e deveres! E, por conseguinte, um novo Caminho traçado para Portugal e suas regiões autónomas e também para o concelho de Lagoa – Terra da nossa alma e coração.

É um momento de festa, mas é também um momento que nos convida à reflexão!

Neste contexto, esta é a data, a hora e o momento propício para reflectir sobre como as comemorações alusivas ao Centenário da República devem ser uma forma de unir os lagoenses em torno dos ideais republicanos que deram voz à revolução de 1910: Liberdade, Igualdade, Justiça e Fraternidade!

Nobres Palavras que elevaram e ditaram a acção de portugueses e, entre eles, de nobres pensadores que já em 1870 lutavam pela grande Revolução que as efectivasse! Refiro-me claramente à Geração de 70, da qual destacamos um grande açoriano, Antero de Quental, que com orgulho cito:

“Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? ... o seu nome é Revolução: revolução que não quer dizer guerra, mas sim paz, não quer dizer licença mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade.”

É este também o conceito de revolução que devemos assumir nos nossos dias, sabendo sermos capazes de provocar “revoluções” que melhorem o nosso país e a

nossa terra, assumindo-nos como verdadeiros cidadãos, conscientes dos seus direitos mas também deveres, dando um contributo decisivo nesta que é a causa de todos nós aqui presente: mais e melhor para o Concelho de Lagoa!

Movidos por estes ideais, certamente, muitos dos aqui presentes, se lembraram do Círculo de Amigos da Lagoa que fundado em 1970, e numa época conturbada, em plena ditadura salazarista, fizeram ouvir mais alto as vozes de um povo, reivindicando direitos e liberdades aos cidadãos, ainda que de forma disfarçada para não sofrerem as duras represálias de um regime ditatorial!

Impõe-se deste modo e neste momento em que vivenciamos uma crise económica que atinge níveis internacionais uma única palavra: "vontade"! Vontade para almejar novos desafios e novas oportunidades que sempre surgem! Vontade para superar e vencer novas lutas! E vontade para levar a Lagoa mais além, rumo à prosperidade, ao desenvolvimento, à inovação, à melhoria da qualidade de vida das suas populações!

Uma "Vontade" que não é e não deve ser individualista, mas colectiva de todos nós: agentes políticos e cidadãos lagoenses em geral, um diálogo indispensável para o bem da nossa terra!

Foi este o grande motor da revolução de 1910 e é baseado nele que devemos hoje agir, assumindo os nossos compromissos, buscando o melhor para as nossas populações e para a terra que nos viu nascer, concretizando esta vontade comum que nos une a todos os presentes: o melhor para a Lagoa!

É necessário que cada um de nós assuma o seu papel na sociedade, tendo consciência dos seus direitos, mas também dos seus deveres: perguntando aquilo que cada um poderá fazer para a construção de uma melhor Lagoa! Esta é a nossa grande causa e esta é a nossa grande responsabilidade! Uma responsabilidade que pertence a todos os lagoenses e que não nos podemos alienar!

É também com esta postura que o Centenário da República deve ser hoje assinalado pelos poderes públicos e pelas instituições e associações civis, exortando a uma redescoberta dos valores republicanos.

Da nossa parte enquanto responsáveis políticos, teremos de fazer um esforço acrescido para a concretização da ética republicana e uma atitude cívica mais empenhada e mais activa na defesa de uma República onde todos se revejam e na qual não existem barreiras entre o poder local e o povo.

Celebramos uma República de cidadãos livres e iguais, mas igualmente responsáveis, atentos e comprometidos a dar o melhor pela sua terra!

O Concelho de Lagoa trilhou e trilha um bom caminho ao longo de cem anos de República! Apesar de épocas mais conturbadas, marcadas por diferentes acontecimentos, o seu desenvolvimento e inovação não cessou de crescer e é notório e, cada vez mais, são muitos aqueles que procuram a Lagoa para viver! É bem sinal de que o nosso concelho se encontra no bom caminho!

O Concelho de Lagoa transformou-se, rejuvenesceu ao longo de cem anos de república! Tem hoje uma nova face, uma nova mentalidade, uma nova economia e, como tal, almeja novos desafios, sendo necessário o contributo de todos para a sua efectiva realização!

Ao longo destes cem anos de República, criaram-se novos equipamentos, e novas infra-estruturas, abriram-se novas estradas e novas escolas! Apostou-se forte na educação, na habitação, na inclusão social, nunca esquecendo as nossas verdadeiras raízes, valorizando o nosso património histórico, enriquecendo a nossa identidade cultural. Esta tem sido a nossa aposta e continuará a sê-lo para o futuro!

Mas, obviamente que, no Concelho de Lagoa, existem ainda alguns problemas cuja resolução carece necessariamente da união de todos os lagoenses na redescoberta dos ideais que deram vida e voz ao regime hoje instituído. A nós, detentores do poder, cabe-nos assumir os nossos compromissos e auxiliar as nossas populações na resolução destes problemas, nunca deixando de incutir nos lagoenses em geral a responsabilidade que cada um detém no desenvolvimento e progresso da nossa Terra!

“Cada um é responsável por todos!” esta deve ser a postura a assumir por todos nós, enquanto cidadãos e construtores de uma República que se quer livre, igual e justa!

Viva a República! Viva Portugal! Viva aos Açores e Viva à Lagoa!”

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, ANDRÉ BRADFORD, EM REPRESENTAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES CARLOS CÉSAR:

O Secretário Regional da Presidência do Governo, André Bradford, em representação de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores Carlos César, no uso da palavra, proferiu o discurso, cujo teor abaixo se transcreve:

"Começo por, em nome do Senhor Presidente do Governo Regional, felicitar o Município da Lagoa por esta relevante iniciativa e pelo tributo que os seus órgãos eleitos prestam, por esta via, ao papel nuclear e insubstituível do Poder Local na edificação e aperfeiçoamento do ideal republicano.

A sessão de hoje, bem como as restantes realizações promovidas pela Câmara Municipal da Lagoa para assinalar o Centenário da implantação da República merecem elogio público, sobretudo pelo apelo que fazem aos jovens para um conhecimento mais profundo da História do seu país, e devem merecer réplica alargada em toda a Região, porquanto permitem recuperar a realidade de cada um dos concelhos há 100 anos e o trajecto percorrido até agora.

De facto, a história documenta bem o papel precursor desempenhado pelos municípios portugueses, ainda durante a vigência da Monarquia, na defesa de um Estado descentralizado, de base autárquica, como instrumento essencial de aproximação do poder político às populações.

Em Abril de 1909 – ou seja, um ano e meio apenas antes do derrube final da Monarquia – reuniu em Lisboa o Congresso Municipalista. Esta primeira reunião magna das autarquias de quase todo o país - 158 no total – debateu durante 5 dias o papel das entidades locais para a melhoria das condições de vida dos portugueses no contexto da Monarquia e terminou com um apelo em uníssono “pela autonomia municipal, face à repressão centralizadora”.

A leitura das teses então apresentadas pelos vereadores de diversas câmaras municipais, com predominância natural para Lisboa e Porto, expõe de forma evidente não apenas o contexto histórico de apelo à mudança que se vivia na altura, mas sobretudo a incapacidade de Regime Monárquico em responder devidamente às aspirações e necessidades específicas dos cidadãos, que se faziam sentir em primeiro lugar e de forma mais premente ao nível local e autárquico.

As teses municipalistas de 1909 solicitavam, assim, do poder central alterações significativas nos poderes e competências das câmaras em domínios como a instrução/educação, os serviços sociais para com os mais pobres ou mesmo quanto a questões de património.

De uma forma geral, todas incidiam sobre a organização do Estado e a relevância de um poder local mais forte e com mais competências e recursos.

Os congressistas, propunham, entre outros, que a “A Pátria deve ser a federação dos municípios, livres e autónomos” e “Que, em tais condições o Estado apenas exercerá

funções de regulador e concatenador da obra comum municipal”, ou nas palavras de José Soares da Cunha e Costa, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, à data já republicana, e defensor de uma das teses apresentadas ao Congresso, quando afirmava que havia uma “necessidade inadiável de uma reforma administrativa, largamente descentralizadora, que aproveitando das anteriores reformas os preceitos sancionadas pela prática d’elas exclua a tutela dos governos e n’elas introduza o direito de referendun como correctivo da soberania popular aos abusos dessa mesma soberania”.

Muitas destas reivindicações viriam a ser inscritas na Constituição de 1911, a primeira de forte pendur municipalista, e que estipulava, no seu Título IV, entre outros, que “ O Poder Executivo não terá ingerência na vida dos corpos administrativos” e a “Autonomia financeira dos corpos administrativos, na forma que a lei determinar”, preceitos que foram sendo aprofundados, melhorados e completados até aos dias de hoje.

Inaugurava-se, portanto, também um reconhecimento constitucional da importância de uma política de proximidade para com as populações.

Marcamos nesta sessão a passagem de 100 anos sobre a instauração da República Portuguesa. Nesses 100 anos a evolução do país é notória - ainda que por um largo período ensombrada por uma negra ditadura centralizadora, repressora das liberdades e garantias e castradora da individualidade e do progresso civilizacional do país.

O contributo das autarquias para o cumprimento do ideário republicano é inegável e a extensão das suas competências políticas e administrativas ao longo dos tempos fez-se de par em par com a sua própria capacidade realizadora e de concretização dos poderes atribuídos.

A complementaridade de poderes e funções entre o poder local, regional e central, com respeito pela autonomia individual de cada órgão, e na prossecução dos direitos e liberdades dos cidadãos é, assim, um dos mais valiosos patrimónios destes 100 anos de República.

Através dessa parceria e da acção conjugada foi possível avançar de forma significativa ao nível da infra-estruturação do país, ao nível da alfabetização e generalização da educação e mesmo ao nível da edificação de um estado social com políticas abrangentes e determinantes ao nível da educação, da saúde ou do apoio social, entre outras.

Portugal e os Açores cumpriram, em 100 anos de República, em todos estes domínios e noutros, um percurso notável de desenvolvimento que as dúvidas do tempo actual não devem diminuir.

Assinalar a passagem da História é não só relembrar o que era o antes para que possamos ter consciência do que somos e aonde estamos hoje, mas também procurar inspiração para reinventar e melhorar o futuro.

Hoje a República está confrontada com novos desafios.

Exige-se-lhe não só continuar a aprofundar o caminho percorrido nos vários domínios da vida em sociedade, na procura concreta e focada de soluções para os problemas dos cidadãos, mas de o fazer num quadro de pressão acrescida - quer por via dos desafios da modernidade, de uma concorrência económica à escala global e largamente desregulada e das exigências de uma cidadania cada vez mais consciente e activa, mas também porque os recursos económicos e financeiros são mais limitados.

Esta conjugação de factores exige de todos uma consciência crítica e um sentido de realização permanente. A República cumpre - se pelo envolvimento de todos e pelo contributo de cada um.

Abnegar-se, desistir, retrain-se e escusar-se à participação são de todos os gestos possíveis os menos próprios para quem acredita que a República é o melhor sistema para cumprir a liberdade e felicidade individual num contexto de progresso económico e coesão social harmónica do todo.

Já Raul Brandão, o famoso escritor e jornalista que tão bem conhecia os Açores, em Setembro de 1910, ao olhar para a sociedade que o rodeava e recusando o que via, dizia "A nossa época é horrível porque já não cremos - e não cremos ainda. O passado desapareceu, de futuro nem alicerces existem. E aqui estamos nós, sem tecto, à espera...".

Há aqueles que querem forçosamente ver nos tempos difíceis que vivemos os sinais de um tempo que já não é e que procuram irresponsavelmente estabelecer paralelismos com as causas profundas que levaram à queda do Regime Monárquico. Assim, perdem energias, desmoralizam, destroem e nada propõem, procurando uma reinvenção da história que não se pode fazer.

Há mesmo quem prefira abdicar da comunhão dos desígnios e aspirações individuais com o bem comum - razão de ser fundamental da República - em favor de uma demagógica e fingida justiça social, que, no fundo, mais não é do que a roupagem

hipócrita que se dá aos interesses de grupo para que eles pareçam interesses de todos.

Mas também há outros, outros que preferem utilizar a importante efeméride da passagem dos 100 anos da República para procurarem nos homens e mulheres que a fizeram a inspiração e criatividade para, continuando a evocar a história, serem construtores activos do bem das populações e da coesão nacional.

Como diria Antero, "Força é pois ir buscar outro caminho! (...)

Avante! é largo, imenso, esse horizonte..."

É nesse espírito que encaro a sessão solene que aqui se realiza, seguro de que, através dela, assim como das diversas iniciativas que estão a ser promovidas ao longo deste ano pelo Governo Regional, bem como por outras associações e instituições da sociedade civil, na celebração do Centenário da República, resultará um sentimento renovado de partilha de um ideal em permanente realização, o da mais justa e abrangente sociedade humanamente possível."

A Assembleia tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta Sessão Solene pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
